



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPERIOR DE RECURSO DA BEIRA
2ª. Secção

Processo nº 101/19

Sumário:

1. Não há *premeditação* quando nos autos, não vem demonstrado o lapso de tempo dentro do qual o réu formou o seu desígnio criminoso.
2. Viola a regra do artigo 133.º o tribunal que condene o agente do crime em pena mais grave que a prevista na alínea d) do artigo 61.º do CP, mesmo tendo considerado que o réu tinha 20 anos, a data dos factos.

ACÓRDÃO

Na 6ª Secção do Tribunal Judicial da Província de Sofala, foi julgado **Manuel Joaquim Marregue**, solteiro, de 20 anos de idade à data dos factos, acusado de autoria material do crime de parricídio, previsto e punido nos termos do artigo 164, nº 1 do Código Penal, aprovado pela Lei nº 35/3014, de 31 de Dezembro.

Realizado o julgamento, o réu foi condenado na pena de 22 de prisão maior, no pagamento do máximo de imposto de justiça, de 1.500,00MT (mil e quinhentos meticais) de emolumentos a favor do defensor oficioso e

300.000,00MT (trezentos mil meticais) de indemnização a favor dos herdeiros da vítima mortal.

Contra o réu foram apontadas as circunstâncias agravantes das als. a) premeditação, k) surpresa , o) entrando em casa do ofendido, bb) crime cometido com manifesta superioridade em razão da arma, cc) desprezo do respeito devido à idade, todas do art. 37 do CP.

A seu favor foram arroladas as circunstâncias atenuantes das als. w) ausência de antecedentes criminais registados e i) espontânea confissão do art. 43 do mesmo diploma legal citado.

Por dever de ofício, o Digno Agente do Ministério Público junto daquele Tribunal, interpôs o presente recurso dentro do prazo fls. 73, com fundamento no disposto no parágrafo único do art. 473º do Código de Processo Penal, sem, contudo, apresentar alegações.

O recurso foi admitido nos termos do que consta do despacho de fls. 75 dos autos.

O Digno Sub-Procurador-Geral, junto desta instância, emitiu parecer a fls. 94 e 95 dos autos, onde, em resumo, subscreve na íntegra os factos dados como provados.

O réu confessa a prática do crime, embora não o tenha feito de maneira espontânea, mas sim após a sua neutralização e interrogatório, numa altura em que se encontrava a escapular-se para a cidade da Beira.

A sentença foi devidamente fundamentada e dos factos provados na audiência de julgamento, não resultaram dúvidas sobre a prática do crime pelo réu, concordando, por isso, com a sentença.

Embora concordando com a medida da pena, nota que as circunstâncias agravantes das alíneas: aa) ascendente e ii) acumulação de

crimes não se verificam, pois, a primeira e elemento constitutivo do crime e nos termos do art. 44 n 1 al. a), do CP, não poderá operar como agravante. Quanto a acumulação de crime não procede por ter o réu sido condenado por um único crime - o de parricídio, pelo que não se dá a acumulação prevista no art. 41do CP.

Colhidos os vistos legais, cumpre apreciar e decidir:

Antes, porém, importa referir que estamos em presença de um recurso penal com efeitos e regime de subida declarados no despacho de fls. 75 dos autos.

Visto o parecer do Digno Magistrado do MP, importa analisar se esteve bem o Tribunal da primeira instancia na apreciação dos autos e na consequente decisão que prolatou.

Para tal, iremos nos socorrer do que o Tribunal da primeira instância considerou provado e que consta dos autos.

Assim, foi considerada provada a seguinte matéria de facto:

O réu é filho da vítima Marregue Joaquim e, à data dos factos a relação de ambos era caracterizada por divergências, pois, este acusava o seu progenitor de feiticeiro, que, por meio da feitiçaria havia acabado toda a família.

Por essa razão, o réu traçou um plano visando a eliminação física do seu progenitor.

Desta feita, no dia 19 de Setembro de 2018, por volta das 09;00horas, dirigiu-se à residência da vítima, situada na localidade de Bândua, Distrito de Búzi, Província de Sofala.

Na referida residência, primeiro travou uma conversa com a vítima, cujo teor não foi especificado e, passado algum tempo, convidou-a para o

interior da casa, onde, por meio de uma enxada, desferiu-lhe potentes golpes, atingindo-a na região da cabeça.

A região atingida e os ferimentos que a vítima contraiu tiveram como consequência directa e necessária a sua morte instantânea.

O instrumento que usou e a região atingida demonstram que o réu agiu com clara intenção de eliminar fisicamente a vítima.

São, pois, estes factos dados como provados e que constam dos autos. Esteve bem o Tribunal recorrido ao fixar a matéria de facto e subsumir a conduta do réu no crime de parricídio, art. 164, nº 1 do CP.

No que diz respeito ao parecer do Digno Magistrado do MP, acompanhamo-lo no tocante à matéria de facto fixada e considerada provada.

No entanto, não o acompanhamos nas agravantes que apresentou no seu parecer, uma vez que devem ser tidas em conta as agravantes constantes de fls. 70 da sentença proferida na primeira instância, designadamente: premeditação, surpresa, entrando em casa do ofendido, manifesta superioridade em razão de armas, e desprezo do respeito devido à idade, das alíneas a), k), o), bb), cc), todas do art. 37 do CP.

Entretanto, discordamos com a indicação da circunstância agravante da premeditação, porque, nos autos, não está demonstrado o lapso de tempo que o réu formou o seu desígnio criminoso, fazendo-se apenas referência da existência de desavenças entre ele e a vítima. As restantes procedem.

Julgamos igualmente procedentes as circunstâncias atenuantes arroladas na sentença, muito embora a confissão não tenha sido espontânea, contudo ela ocorreu e em todas fases do processo o réu confessou.

No entanto, o réu foi tido no primeiro interrogatório e na audiência de julgamento como tendo 20 anos de idade.

A lei, no artigo 133 do CP, refere que se o agente não tiver completado 21 anos de idade ao tempo da perpetração do crime, não será aplicada pena mais grave que a da al. d) do art. 61 do CP.

Não se percebe a razão de o tribunal mesmo tendo considerado que o réu tinha 20 anos, aplicou ao mesmo a pena de 22 anos de prisão maior violando a regra do art. 133 do CP citado.

Julgamos que ao réu deve ser aplicada pena de prisão tendo em conta o disposto na disposição citada.

Nestes termos, dando parcial provimento ao recurso, os Juízes da Secção Criminal deste Tribunal, feito os reparos acima, decidem revogar a pena aplicada ao réu na primeira instância, e, em substituição condenam-no na pena de 12 anos de prisão maior.

Os Juízes decidem, ainda, em manter a restante condenação da primeira instância.

Boletins de Registo Criminal ao Arquivo Central e ao SERNIC.

Sem custas por delas estar isento o recorrente.

Beira, 12 de Maio De 2020

Romana Luís de Camões

Tomé Gabriel Matuca

José Roger Sebastião Domingos